

Parecer n.º 504/2020/CCJR

Referente ao Projeto de Lei n.º 290/2020 que “Dispõe acerca da vedação à suspensão ou à rescisão unilateral por parte das operadoras de planos de saúde no estado de Mato Grosso, durante o período de calamidade pública, reconhecida através do Decreto nº 424/2020.”.

Autor: Deputado Paulo Araújo

Relator: Deputado

Silvio Isuero.

## I – Relatório

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 13/04/2020, tendo sido aprovado requerimento de dispensa da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pautas na sessão do dia 15/04/2020, após foi encaminhada para esta Comissão no dia 29/04/2020, nela aportando na mesma data, tudo conforme as folhas n.º 02, 06 e 15/v.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei n.º 290/2020, de autoria do Deputado Paulo Araújo, conforme ementa acima. No âmbito desta Comissão, esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

De acordo com o projeto em referência, tal propositura visa vedar a suspensão ou a rescisão unilateral dos planos de saúde por parte das operadoras, durante o período de calamidade pública, reconhecido através do Decreto n.º 424 de 2020.

O Autor assim explana em sua justificativa:

*“A presente proposição tem o objetivo de resguardar e proteger os consumidores durante o período de isolamento para combater a pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19).”*

*Tal medida é amplamente necessária nesse momento, tendo em vista que muitos trabalhadores tiveram sua renda comprometida e estão passando por dificuldades financeiras por conta da política de isolamento, não tendo condições para efetuarem o pagamento dos seus respectivos planos de saúde.*

*"Diante do exposto, considerado que a aprovação do presente Projeto de Lei se coaduna com os preceitos insculpidos no ordenamento jurídico, espero contar com o imprescindível apoio dos nobres pares na aprovação do presente Projeto de Lei."*





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fls. 37
Rub. As

Dispensada a pauta, o projeto foi encaminhado à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a qual exarou parecer de mérito favorável à aprovação, tendo sido aprovado em 1.<sup>a</sup> votação pelo Plenário desta Casa de Leis no dia 28/04/2020.

Em seguida, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise e parecer quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico.

É o relatório.

## II – Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, de acordo com o artigo 36 da Constituição do Estado de Mato Grosso, e artigo 369, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico sobre todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa.

O presente projeto de lei objetiva vedar a suspensão ou a rescisão unilateral dos planos de saúde por parte das operadoras, durante o período de calamidade pública, reconhecido através do Decreto n.º 424 de 2020.

O artigo 1º assim dispõe:

*Art. 1º Ficam as operadoras de planos de saúde proibidas de procederem à suspensão ou à rescisão unilateral dos planos privados de assistência à saúde no Estado de Mato Grosso, durante o período de calamidade pública, reconhecida através do Decreto nº 424/2020.*

Ainda, garante que as dívidas contraídas no período de calamidade, não serão acrescidas de juros e/ou correção monetária, podendo ser parceladas em até 24 meses, conforme dispõe seu artigo 3º, *in verbis*:

*Art. 3º. As referidas dívidas contraídas nesse período de calamidade não poderão ser acrescidas de juros e/ou correção monetária, podendo ser parceladas em até 24 meses sem juros.*

Preliminarmente, tal regulamentação, poderia ser enquadrada no ramo de direito civil, cuja competência para legislar é privativa da união, nos termos do artigo 22, inciso I da Constituição Federal, ou também do direito do consumidor ou da defesa da saúde, que são matéria de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, nos termos do artigo 24, inciso V e XII, da nossa Carta magna.

Ocorre que, o projeto se ocupa de questões afetas ao contrato de planos e seguros privados de assistência à saúde, independentemente de sua justificativa apontar para a proteção e defesa do consumidor, tendo em vista que interfere nas relações contratuais estabelecidas entre empresas e conveniados, configura, consequentemente, norma de direito civil e de seguros, prevista como de





**ESTADO DE MATO GROSSO**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

competência privativa da União, nos termos do artigo 22, incisos I e VII, da Constituição Federal, *in verbis*:

*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;*

*(...)*

*VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;*

Como é sabido, a Carta Federal consagra a repartição da competência legislativa entre a União, Estados e Municípios.

Em se tratando de matéria de competência privativa, salvo os casos autorizados por lei complementar (artigo 22, parágrafo único), os Estados e os Municípios não podem invadir o espaço reservado à União, sob pena de incorrerem, inevitavelmente, em inconstitucionalidade formal.

Nesse sentido, a União exercendo sua competência privativa editou a Lei nº 9.656/1998 – que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde – determinando § 1º do artigo 1º que os planos de assistência à saúde e odontológica se subordinam às normas da ANS. Vejamos:

*Art. 1º Submetem-se às disposições desta Lei as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade, adotando-se, para fins de aplicação das normas aqui estabelecidas, as seguintes definições:*

*§ 1º Está subordinada às normas e à fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS qualquer modalidade de produto, serviço e contrato que apresente, além da garantia de cobertura financeira de riscos de assistência médica, hospitalar e odontológica, outras características que o diferencie de atividade exclusivamente financeira, tais como:*

- a) custeio de despesas;*
- b) oferecimento de rede credenciada ou referenciada;*
- c) reembolso de despesas;*
- d) mecanismos de regulação;*
- e) qualquer restrição contratual, técnica ou operacional para a cobertura de procedimentos solicitados por prestador escolhido pelo consumidor; e*
- f) vinculação de cobertura financeira à aplicação de conceitos ou critérios médico-assistenciais.*

Assim, no inciso II e III do parágrafo único do art. 13 da Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998, estabeleceu as causas de suspensão e rescisão unilateral dos planos. Vejamos:

*Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)*





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fls. 39
Rub. AS

*Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)*

*(...)*

*II - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)*

*III - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular.*

Vale mencionar, que nosso Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4701, ressaltou que embora jurisprudência excepcione as hipóteses em que esteja envolvido a matéria referente a Direito do Consumidor, a Lei questionada que versa sobre planos de saúde, interferem em matéria contratual, relacionada a Direito Civil, e ainda relativa a seguros, ambas de competência exclusiva da União:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE FIXA PRAZOS MÁXIMOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA DOS USUÁRIOS, PARA A AUTORIZAÇÃO DE EXAMES PELAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE.*

*1. Encontra-se caracterizado o direito de propositura. Os associados da requerente estão unidos pela comunhão de interesses em relação a um objeto específico (prestação do serviço de assistência suplementar à saúde na modalidade autogestão). Esse elemento caracteriza a unidade de propósito na representação associativa, afastando a excessiva generalidade que, segundo esta Corte, impediria o conhecimento da ação.*

*2. Por mais ampla que seja, a competência legislativa concorrente em matéria de defesa do consumidor (CF/88, art. 24, V e VIII) não autoriza os Estados-membros a editarem normas acerca de relações contratuais, uma vez que essa atribuição está inserida na competência da União Federal para legislar sobre direito civil (CF/88, art. 22, I).*

*3. Os arts. 22, VII e 21, VIII, da Constituição Federal atribuem à União competência para legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria. Tais previsões alcançam os planos de saúde, tendo em vista a sua íntima afinidade com a lógica dos contratos de seguro, notadamente por conta do componente atuarial.*

*4. Procedência do pedido.*

*(ADI 4701, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 13/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 22-08-2014 PUBLIC 25-08-2014).*

Assim, diante do teor da matéria que a propositura se dispõe a normatizar, tem-se que a mesma, apesar de sua relevância, sofre do vício de inconstitucionalidade por violar a Constituição Federal.





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fis. 20
Rub. As

Desta forma em que pese à relevância da matéria, a mesma fere normas constitucionais, especificamente a nossa Constituição Federal.

É o parecer.

### III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, voto **contrário** à aprovação do Projeto de Lei nº 290/2020, de autoria do Deputado Paulo Araújo.

Sala das Comissões, em 05 de 05 de 2020.

### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei n.º 290/2020 – Parecer n.º 504/2020
Reunião da Comissão em 05 / 05 / 2020
Presidente: Deputado Dr. Eugênio
Relator: Deputado Silvio F. A. Vero.

Voto Relator
Pelas razões expostas, voto <b>contrário</b> à aprovação do Projeto de Lei n.º 290/2020, de autoria do Deputado Paulo Araújo.

Posição na Comissão	Identificação do Deputado
Relator	
Membros	

Certifico que na 20ª reunião extraordinária  
rue, através do SDR, por videoconferência  
os Deputados Dr. Eugênio e Silvio  
Cobral votaram SIM pela aprovação  
da proposição e contra o relator.  
Cba, 05/05/2020  
Waleska Cardoso.